

ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ: 33.544.370/0001-49
 Declarada de Utilidade Pública pelo
 Decreto Federal nº 892 de 12/04/62,
 D.O.U. de 13/04/1962

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

ATIVO	2012			2011		
	Área Educacional	Área Social	Outras Atividades Institucionais	Área Educacional	Área Social	Outras Atividades Institucionais
CIRCULANTE	177.239.208	1.073.606	237.511.765	160.920.379	24.917	243.476.491
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	177.665.270	279.172	218.475.775	155.010.767	24.917	220.387.235
Clientes e outros recebíveis (nota 6)	3.835.732	-	4.956	3.840.688	-	62.543
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.602.695)	-	(1.602.695)	(1.542.966)	-	(1.542.966)
Estoque (nota 8)	2.233.037	-	4.956	2.237.993	-	62.543
Outros recebíveis	375.772	-	49.706	306.824	-	63.581
Outras contas a receber (nota 9)	13.659	-	11.224.982	17.854	-	16.962.263
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.855.766	792.773	7.476.905	2.522.239	-	5.885.315
Despesas antecipadas (nota 7)	2.855.766	792.773	7.476.905	2.522.239	-	5.784.133
NÃO CIRCULANTE	8.318.241	-	1.183.335.616	2.309.622	-	1.162.957.083
Aplicações financeiras em litígio (nota 10)	8.856.360	-	12.172.998	4.879.060	-	11.071.866
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.879.060)	-	(12.172.998)	(4.879.060)	-	(11.071.866)
Cobrança judicial	3.977.299	-	81.935	3.169.779	-	1.333.434
Depósitos judiciais	3.087.839	-	4.359.841	5.612.944	-	3.995.749
Outros recebíveis	1.253.102	-	44.862.547	44.862.547	-	32.981.287
Investimentos	4.340.942	-	49.304.324	53.645.265	-	38.310.470
Imobilizado (nota 11)	-	-	181.090	-	-	141.990
Intangível	-	-	1.132.155.854	1.132.155.854	-	1.122.919.382
TOTAL ATIVO	185.557.449	1.073.606	1.420.847.381	163.230.002	24.917	1.406.433.574

PASSIVO	2012			2011		
	Área Educacional	Área Social	Outras Atividades Institucionais	Área Educacional	Área Social	Outras Atividades Institucionais
CIRCULANTE	21.261.424	63.905	6.703.007	28.028.336	632	7.497.538
Fornecedores (nota 12)	1.700.969	8.370	2.493.454	4.202.793	480	1.614.223
Tributos e contribuições a recolher (nota 14)	1.527.737	191	208.494	1.817.422	152	213.188
Salários e encargos sociais (nota 13)	6.804.572	55.324	939.722	7.799.617	-	925.201
Outras obrigações (nota 16)	347.869.58	20	1.532.697	1.880.587	-	1.719.088
Outras contas a pagar	-	-	1.209.814	1.209.814	-	2.346.123
Receitas antecipadas (nota 15)	-	-	237.826	11.118.102	-	9.499.341
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 17)	164.296.027	1.009.701	1.414.144.374	144.019.337	24.285	1.398.936.037
Patrimônio Social	148.782.837	13.890.180	424.167.108	586.840.124	16.246.821	375.998.480
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	955.335.198	955.335.198	-	967.492.107
Superávit/Déficit Operacional	15.513.188	(12.880.478)	34.642.068	37.274.778	486.446	(16.222.536)
TOTAL PASSIVO	185.557.449	1.073.606	1.420.847.381	163.230.002	24.917	1.406.433.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	Patrimônio social	Superávit ou Déficit Acumulado	Superávit do exercício	Ajuste patrimonial	Total
	482.087.114	11.497.401	31.331.653	977.508.720	1.502.424.889
Incorporação ao patrimônio social	43.354.001	(11.503.028)	(31.331.653)	-	39.709.360
Superávit do exercício	-	-	39.709.360	-	846.500
Ajuste patrimonial	-	-	-	846.500	-
Realização do ajuste avaliação patrimonial	-	10.343.794	-	(10.343.794)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(1.091)	-	-	(1.091)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	525.441.114	10.337.076	39.709.360	967.492.107	1.542.979.659
Incorporações ao patrimônio social	50.046.436	(10.337.076)	(39.709.360)	-	37.274.778
Superávit do exercício	-	-	37.274.778	-	(990.998)
Ajuste patrimonial	-	-	-	(990.998)	-
Realização do ajuste avaliação patrimonial	-	11.165.911	-	(11.165.911)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	186.662	-	-	186.662
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	575.487.551	11.352.573	37.274.778	955.335.198	1.579.450.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	37.274.778	39.709.360
Superávits do exercício	37.274.778	39.709.360
Ajustes de exercícios anteriores	186.662	(6.718)
Incorporações ao Patrimônio Social	-	-
Realização de ajuste avaliação patrimonial	(990.998)	-
Depreciação e amortização	15.658.377	15.048.822
Perdas por ajustes patrimoniais	(35.284)	467.980
Superávit/Déficit operacional Ajustado	52.093.535	55.219.443
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-
Variação de clientes e outros recebíveis	589.760	3.900
Variação de estoques	(55.073)	(36.404)
Variação de despesas antecipadas	44.136	(134.372)
Variação de outros recebíveis - circulante e não circulante	(11.164.215)	(12.134.052)
Variação de outras contas a receber - circulante e não circulante	(2.717.889)	(70.449)
Variação de cobrança judicial e depósitos judiciais longo prazo	(1.143.913)	(1.560.326)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.039.679	(157.436)
(Aumento) redução nos passivos operacionais	(13.407.515)	(14.089.957)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-
Variação de fornecedores	857.665	1.283.551
Variações de tributos e contribuições a recolher	507.172	9.165
Variações de salários e encargos sociais	271.402	2.372.916
Variação de receitas antecipadas	939.046	1.457.590
Variação de outras contas a pagar	(1.136.309)	(302.244)
Variação de outras obrigações	(131.502)	(5.934.460)
(Aumento) redução nos investimentos operacionais	1.310.502	(113.4.481)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	40.005.522	40.016.005
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(39.100)	(114.300)
Investimentos	(39.100)	(114.300)
Aquisição de imobilizado líquido	(24.853.001)	(12.054.155)
Intangível	(115.672)	(209.917)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(25.007.773)	(12.378.373)
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE	14.997.749	27.637.632
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	375.422.918	347.785.286
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO	390.420.667	375.422.918
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE	14.997.749	27.637.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2012	2011		
RECEITAS	138.077.033	119.531.300		
Receita de Atividades da Área Educacional	138.077.033	119.531.300		
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	-	(309.622)		
Receitas Patrimoniais	46.317.585	41.016.018		
Doações e subvenções	1.805.646	8.793.918		
Outras receitas	6.241.066	7.492.548		
	192.122.219	176.524.161		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	33.306.056	33.045.734		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	33.306.056	33.045.734		
Outras despesas líquidas	2.599.239	754.941		
	35.905.295	33.800.674		
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	156.216.924	142.723.487		
RETENÇÕES	15.807.386	15.516.802		
Depreciação e perdas por ajustes patrimoniais	15.807.386	15.516.802		
	15.807.386	15.516.802		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	140.409.538	127.206.685		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.708.527	41.003.338		
Receitas financeiras	33.708.527	41.003.338		
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	-	-		
	(1.101.132)	-		
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	173.016.934	168.210.024		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	100,00%	100,00%		
Pessoal e encargos	90.657.534	52,40%	80.547.840	47,89%
Despesas tributárias	386.636	0,22%	488.198	0,29%
Despesas financeiras e locações de bens imóveis	4.227.837	2,44%	3.840.535	2,28%
Despesas com assistência educacional e social	40.470.149	23,39%	43.624.090	25,93%
Superávit	37.274.778	21,54%	39.709.360	23,61%
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	173.016.934	100,00%	168.210.024	100,00%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E DE 2011 (Em reais)

1. Contexto Operacional: A Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS é uma "ASSOCIAÇÃO" sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade nas áreas educacional, assistencial, cultural e religiosa, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 892, de 12 de abril de 1962. Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 41.567 de 24 de janeiro de 1997, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º: "I - Manter e custear as atividades do Colégio Santo Inácio, Colégio Anchieta, Residência da Universidade Católica, Casa de Retiros Padre Anchieta e Centro Cultural João XXIII, localizados no Estado do Rio de Janeiro, e ainda, Colégio São Luís, Faculdade São Luís, Colégio São Francisco Xavier, Anchietaum, Centro de Pastoral Santa Fé, Centro Infância, Pátio do Colégio e Vila Kostka, localizados no Estado de São Paulo; II - Manter, de forma subsidiária, outras instituições de ensino, pesquisa, cultura e assistência social que contribuam para a realização de seus objetivos, podendo ainda criar outras instituições ou incipiente, incorporar outros já existentes, bem como assumir responsabilidade de outros, por meio de convênios, desde que as instituições guardem identidade com os objetivos delineados neste Estatuto; III - Promover a educação formal em todos os seus níveis, como também a educação profissionalizante, além de oferecer cursos, palestras, seminários, treinamentos, qualificação ou (re) qualificação profissional etc, que permitam a inserção social da população que se encontra em situação de risco social identificada; IV - Anunciar e promover os valores humanitários e cristãos, nas suas dimensões espiritual, cultural e de assistência social, desenvolvendo o diálogo inter-religioso e o espírito de solidariedade; V - Ampliar o contato humano da inclusão social, do ensino de noções de desenvolvimento sustentável; XIII - Espirituais, artísticos e literários, veiculados por publicações editoriais; VI - Manter e prover centros e institutos de formação filosófica, teológica e espiritual, buscando o aperfeiçoamento da pessoa humana à luz dos princípios cristãos; VII - Promover e prover a preparação de pessoas habilitadas a difundir a fé cristã, de acordo com as orientações da Companhia de Jesus; VIII - Promover a inclusão social dos destinatários da política pública de assistência social, garantindo-lhes o acesso aos bens e serviços sociais, como instrumento de ampliação do conceito de cidadania; IX - Assegurar, através de projetos ou programas sociais, a universidade de acesso universitário, cursos de graduação, cursos de extensão, jovens, adultos e idosos carentes aos direitos sociais, bem como a sua promoção e defesa; X - Promover o desenvolvimento de projetos de ação comunitária, de enfrentamento da pobreza, de geração de renda de cooperativas de produção e serviços, e de promoção social, em geral, com vistas a assegurar direitos à proteção da saúde e da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; XI - Promover e manter projetos de natureza cultural, artística, científica e literária, bem como criar espaços destinados à difusão da cultura popular, ao resgate da memória nacional e a propiciar lazer à comunidade; XII - Promover a defesa e a preservação do meio ambiente, buscando a conscientização comunitária humana e a inclusão social; do ensino de noções de desenvolvimento sustentável; XIII - Viabilizar a habilitação e reabilitação dos portadores de deficiência e contribuir para sua integração à vida comunitária; XIV - Realizar atendimento social sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como a portadores de deficiência. **Contexto Educacional:** Fundamentada em seus Estatutos Sociais, a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social tem por objetivo manter instituições de ensino que atuam em uma autêntica rede de promoção do conhecimento, de formação integral e de inclusão social de seu corpo discente. Em 2012, a Entidade atendeu em seus centros educacionais: Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro), Colégio Anchieta (Rio de Janeiro), Colégio São Francisco Xavier (São Paulo) e Colégio São Luís (São Paulo), a 9718 alunos nos diversos segmentos do ensino fundamental e médio. Aos destinatários da política pública de assistência social, foram concedidas 2671 bolsas de estudo, considerando sempre a situação socioeconômica de cada aluno. **Contexto Social:** O trabalho realizado pela Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social busca melhorar as relações sociais estabelecidas e garantir que cada indivíduo seja visto como sujeito de direitos e protagonista de sua história, capaz de impulsionar as mudanças necessárias em nossa sociedade. Assim, na consecução de seus objetivos institucionais e em caráter permanente, a ANEAS investe no trabalho em desenvolvimento, em diversos segmentos sociais, promovendo a assistência social compostos por projetos, cujas ações estruturais e emergenciais se complementam, objetivando a transformação da sociedade através da inserção e da promoção social da população em situação de exclusão.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2012, a Entidade adotou a Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/09 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e por atuar em mais de uma área, seguiu as Demonstrações nos termos do Art. 33 da Lei nº 12.101/09. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, que revogou a Resolução nº 877 de 2000, que aprovou a NBC 10, 19, alterada pelas Resoluções nº 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade lucros.

3. Formalidades de Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000): A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciamento fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. O documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber: **a. Caixa e equivalente caixa:** São registrados pelo valor histórico das operações, representados basicamente por depósitos bancários. Os títulos e valores mobiliários são classificados baseados na intenção e capacidade financeira da Entidade nas categorias: (I) para negociação; (II) disponíveis para venda; e (III) mantidos até o vencimento. Os rendimentos auferidos por estes títulos são apropriados ao resultado, independente da categoria em que estejam classificados. Para a categoria I, a valorização ou desvalorização é apropriada ao resultado, enquanto que na categoria II, em contrapartida do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Já na categoria III é apropriada ao resultado somente quando da venda. Estes recursos destinam-se a aplicação em suas finalidades institucionais. **b. Mensalidades escolares a receber:** Refere-se ao montante a receber dos contratantes da prestação de serviços de ensino e de agentes financiadores, vencidos até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída no montante considerado

suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos valores a receber. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade e assim atendendo a Resolução CFC nº 1.409/12 (NBC - ITG 2002) em seu item 14 que revogou a Resolução CFC nº 877 NBC T 10.19 e o Parecer de Orientação da CVM 2/190, c. **Ajuste a valor presente:** Em cumprimento a Resolução 151/09 e Resolução 133/07, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo). Ainda em atendimento as legislações supracitadas, a Entidade deveria efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar os efeitos dos ajustes, como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compostos de ativos e passivos não-circulantes, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09 que aprova a NBC TG 12, onde estão descritas as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma (NBC TG 19): "Todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; d. **Operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financeiro ou não financeiro, não incluindo as operações de empréstimo, entre outros.** Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução CFC nº 1.187/09 que aprova a NBC TG 30, que trata de receitas; e. **Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. d. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos, e **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados dos valores de aquisição, deduzidos os efeitos das operações de aquisição, em consideração à utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC - TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item de imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **f. Receitas antecipadas:** Refere-se a parcelas de anuidades e/ou mensalidades recebidas antecipadamente. São alocados ao resultado do exercício mensalmente pelo regime de competência, à medida que as atividades pedagógicas são realizadas. **g. Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. **h. Ajustação do resultado:** As receitas e despesas de qualquer natureza são registradas com base no princípio da competência, o qual leva em conta o fato gerador do evento. **i. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. **Atividades de investimentos:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros itens de aquisição, não incluindo as atividades operacionais e de financiamento. **Atividades de financiamento:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade. Para elaboração da demonstração do fluxo de caixa a Entidade adotou o método indireto. **j. Demonstração do valor adicionado:** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição, durante determinado período.

